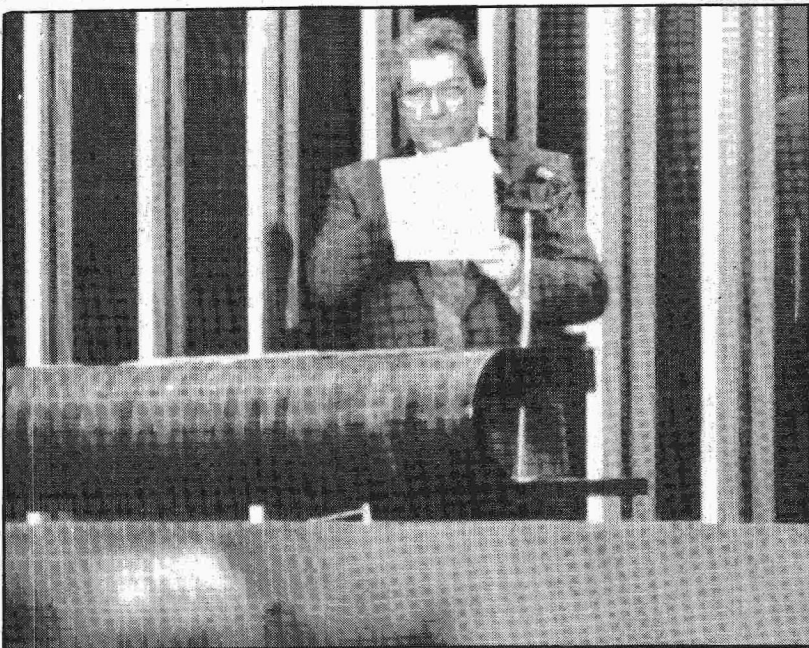




Com sua fala Covas reacendeu a esperança dos tucanos

PSDB recupera o entusiasmo com discurso de Covas

Acabou o suspense. O candidato do PSDB, senador Mário Covas, foi finalmente à tribuna do Senado, na tarde de ontem, e fez o discurso que os "tucanos" esperam seja decisivo na sua arrancada rumo ao Palácio do Planalto.

"Basta de empreguismo, de tanto subsídio, de tantos incentivos, de cartórios", pregou ele. "O Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também, de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios".

Com 12 páginas e meia, fruto de amplas negociações que envolveram empresários, governadores, políticos e representantes classistas, o discurso serviu para que Covas analisasse o momento político nacional e apresentasse propostas de governo. Ele prometeu tratar a inflação com rigor e avisou: "A queda da inflação trará a melhoria da arrecadação de impostos. Não é preciso elevar alíquotas, mas, sim, combater a sonegação, eliminar favores e privilégios tributários".

Sem citar o nome do presidente José Sarney uma única vez, Covas analisou a situação do País sob a ótica da falta de governo. "O País precisa e está ansioso para ter um governo", afirmou.

Intenção

Mário Covas garantiu que sua intenção é conquistar o eleitorado "sem maquiagem", não se submetendo "a um esforço artificial de criação de atos ou fatos, a qualquer jogo de aparência, ou a truques de persuasão publicitária". Disse Covas que jamais fez, faz ou fará "nenhum tipo de concessão de natureza eleitoral" e, numa alusão implícita ao candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, afirmou:

"É chegado o momento da exposição dos candidatos aos julgadores da Nação. De suas idéias e, também, de coerência entre o que dizem e os atos praticados no passado. Entre a imagem que pretendem transmitir e a sua história de vida".

Covas anunciou que o PSDB, em caso de vitória, proporá ao Congresso a antecipação, para as eleições de novembro do próximo ano, do plebiscito para a adoção do parlamentarismo como sistema de governo já em 1991. Ele disse que, até lá, terá implantado a reforma administrativa. Ao lado disso, propôs a revisão dos sistemas partidário e eleitoral. "Não basta que o presidente exerça legitimamente a autoridade que o voto popular lhe confere. Precisamos que faça, com coragem, reformas políticas que assegurem a governabilidade e a institucionalização da democracia".

Na sua concepção, "governo

moderno é governo capaz de descentralizar a administração, dando maior responsabilidade, ao lado de mais recursos, aos estados e municípios". Uma das suas metas anunciadas é o crescimento, aliado à distribuição de renda.

Na definição do candidato "tucano", "ou reverteremos, na próxima década, os indicadores sociais negativos e as perdas de poder real de compra dos salários ou, não nos enganemos, o fantasma dos demagogos, dos ditadores e do autoritarismo ganhará força".

Depois de criticar os que garantem não haver saída para a crise em que o País está mergulhado, Covas concluiu que "o País é forte, mas vem sendo agredido duplamente: de um lado, por crescente degradação da infra-estrutura, causada pelo esgotamento da capacidade de investimento do Estado e pela brutal sangria da dívida externa; de outro, pela escalada da inflação, que desorganiza a economia, concentra mais a renda, premia a especulação, deprime os salários reais e a receita pública".

"Não devemos nos dirigir à opinião pública internacional nem em termos de queixas nem de submissões. Devemos, isso sim, posicionar-mos com independência".

Nacionalismo

Para Covas, "o verdadeiro nacionalismo impõe a capacitação do País para a competição internacional e a defesa da nossa parte na "renda mundial". Ele acredita que "ser nacionalista, hoje, é defender uma política nacional de desenvolvimento".

Ele garantiu que os investimentos estrangeiros "serão bem-vindos, dentro das normas constitucionais, e nos marcos de uma nova política industrial, tecnológica e de desenvolvimento".

Ao tratar da dívida, Covas disse que o Brasil deve participar da nova ordem mundial. "E esta supõe os direitos humanos das nações e não apenas dos indivíduos. Uma nação não pode ser torturada por outra, negando-se-lhe acesso ao mercado, ao conhecimento dos processos produtivos ou obrigando-a a dispor de seus recursos para pagar dívidas extorsivas, ao invés de fazer novos investimentos".

Entre as várias metas de governo que anunciou estão, entre outras: dobrar a produção agrícola, numa década; implantar a reforma agrária, "como um grande programa social"; combater inexoravelmente a inflação; defender intransigentemente a ecologia; mobilizar o Estado para essa revolução educacional que o Brasil necessita; privatizar "com seriedade".